

Brasil pagará dívida em 30 anos se os credores reduzirem os juros

SÃO PAULO — A proposta brasileira de renegociação da dívida não está sendo entendida, diz o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Ele mesmo esclarece: "Divide-se o principal em duas partes. Uma continua sendo negociada pelos mecanismos tradicionais e a outra pela nova fórmula. Dividimos essa segunda parte em 30 ou 35 partes, para pagamento em 30 ou 35 anos. A cada ano pagamos uma parte da dívida, mais os juros. E é aí que reside toda a chave da proposta. Queremos a redução dos juros, para 5% ou 6% ao ano, o que nos permitirá pagar toda a dívida. No ano que vem, por exemplo, o primeiro **bond** seria de US\$ 1,9 bilhão, ao alcance do Brasil".

Toda a resistência dos banqueiros à proposta deve-se, segundo Milliet (que viajou, ontem à noite, para os Estados Unidos), ao fato de ela não ter sido apresentada em seus detalhes e, por isso mesmo, ainda não é suficientemente entendida. Explica que são três os pontos principais em que se fundamenta a proposta: o primeiro é que todos reconhecem que a solução tem de ser de longo prazo, mesmo os bancos que emprestaram com base em contratos de médio prazo já entenderam que financiamentos para investimentos somente podem ser feitos por longo prazo. O segundo ponto, que todos reconhecem igualmente, é que a solução passa pelo crescimento da economia do país devedor. Se a economia não crescer o suficiente, caminha-se para a estagnação e para a perpetuação



da crise, porque, sem crescimento, não há como pagar.

Nesse sentido, Milliet lembrou que o Brasil, na década passada, crescia e cumpria todo o serviço da dívida, até o choque do petróleo, a alta dos juros no mercado internacional e as mudanças na política americana. Se não fosse isso, o Brasil teria continuado a pagar normalmente. "Daí, crescer gera recursos para pagar. Esse ponto é pacífico, também".

O terceiro ponto é o que mostra a existência de divergências: a taxa de juros. De 1974 a 1980, enumerou Milliet, os juros reais da **libor** — a taxa preferencial na Europa — chegou a

zero e, às vezes, até foi negativo, mas, em média, alcança 2% ou 3% reais, mais a taxa de inflação. Por isso, o Brasil não aceita pagar uma taxa de 4% ou 5% real, provocada pela inflação e o déficit americanos, levando a **libor** para 7,5%, mais o **spread**. "Essa taxa é muito alta" e a proposta passa pela sua redução.

Milliet argumenta que assim que a economia americana se ajustar, a tendência é de a taxa cair. Esse tempo é justamente o que o Brasil precisa para crescer. Milliet disse que o Brasil está disposto, até, a repensar essas taxas se os bancos credores começarem a ter prejuízos. Mas deixa bem claro que "não vamos assumir esse compromisso. Podemos rever nossa posição se o País estiver crescendo, com condições de pagar e os bancos arcando com prejuízos em razão de os juros não terem caído no mercado internacional".

A proposta de pagar em 30 anos, segundo Milliet, foi fundamentada em estudos do passado e projeções, chegando-se à conclusão que "nessas condições temos como pagar a dívida toda, o principal e os juros".

Milliet desfez, com a explicação, as dúvidas surgidas com as declarações do assessor especial para a renegociação da dívida, Fernão Bracher, se os descontos, ou deságio, seria sobre o principal ou os juros:

— Bracher está certo. O que é o desconto? Ele é atípico no mercado internacional e é provocado pelo excesso de taxa de juros. Como a tendência é essa taxa cair, o mercado se antecipa e a proposta é feita nesse sentido. Então, nós não estamos pedindo deságio, ou desconto, mas uma redução das taxas de juros a longo prazo, para termos condições de crescer e cumprirmos o serviço e a dívida.

Quanto à divisão da dívida em duas partes, é para testar. Os credores poderão, depois de algum tempo, avaliar qual das duas formas funciona melhor. Milliet está absolutamente seguro que a nova fórmula é mais segura para todos, e que os banqueiros chegarão a ela.